



Ricardo Salles

FAKEBOOK



UM GUIA PARA AS FALSIDADES E
RETÓRICAS DO MINISTRO DO MEIO
AMBIENTE

3 Fatos que você não sabia sobre Ricardo Salles:

1.

Declarou à imprensa brasileira
que tinha um mestrado da
Universidade de Yale. É
mentira. Ele não tem.

2.

Foi condenado por fraude
ambiental duas semanas antes
de assumir o cargo de ministro.

3.

Atualmente está sob
investigação por
enriquecimento ilícito.

Nós queríamos um documento
compacto, que exibisse algumas das
inconsistências de Ricardo Salles.
Acabamos precisando de 35
páginas.

Por favor, tenha paciência
conosco.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A crise global causada pela pior temporada de incêndios na Amazônia brasileira em uma década levou o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro a um contra-ataque publicitário. O governo lançou uma campanha de comunicação para acalmar mercados e investidores e para evitar um boicote generalizado aos produtos brasileiros.

Como parte desse esforço, Bolsonaro enviou seu Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para uma viagem pelos Estados Unidos e Europa, enquanto o mundo se prepara para a Assembleia Geral da ONU e para grandes protestos de rua por ações mais ambiciosas contra a crise climática.

Salles provavelmente dará às partes interessadas do governo e à imprensa internacional o argumento clássico de que estamos no topo; ele pode apresentar dados mostrando como o Brasil é um defensor da conservação, tendo a maior parte de seu território "preservado" com florestas, e falar que os agricultores brasileiros empreendem um grande esforço de conservação e que não ganham nada em troca.

Alguns dos dados usados pelo governo nos quais se baseiam essas alegações são distorcidos, alguns são escolhidos a dedo e outros são simplesmente falhos. Este livreto traz à tona as falácias mais frequentes usadas pelo ministro e outros membros do governo de Bolsonaro.

Na realidade, a atual crise de destruição da Amazônia é resultado do próprio governo. Ricardo Salles desmantelou a governança ambiental em vigor no Brasil desde 1992, alterando a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, arquivou os planos de controle do desmatamento e paralisou duas agências federais de meio ambiente. Os números do orçamento sugerem que não há política

ambiental sendo feita no Brasil: a verba orçamentária do ministério para este ano foi inferior a R\$ 1,2 milhão de reais).

Por outro lado, a retórica do governo incentivou criminosos ambientais na Amazônia e em outros lugares do Brasil - Salles chamou os madeireiros ilegais de “pessoas de bem”, trabalhadores perseguidos por agências ambientais. Como resultado, os alertas de desmatamento na Amazônia cresceram 50% este ano.

O ministro é uma figura controversa. Advogado ligado à bancada ruralista, Ricardo Salles foi condenado por fraude ambiental duas semanas antes de assumir o cargo. Ele foi acusado de mudar o plano de manejo de uma área protegida para beneficiar empresas. Ele também está sob investigação por enriquecimento ilícito.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Sumário

INTRODUÇÃO	6
RESUMO PARA IMPRENSA	9
FALÁCIAS FREQUENTES	
Uso da Terra	13
Agricultura	16
Mudanças climáticas e o Acordo de Paris	19
Amazônia	24
Governança	29

INTRODUÇÃO

Em 4 de setembro de 2019, o Ministério Público Federal emitiu uma recomendação sem precedentes: disse a um ministro para parar de mentir e de intimidar sua própria equipe¹.

O destinatário da mensagem foi Ricardo Salles, o polêmico advogado que o presidente Jair Bolsonaro escolheu como ministro do meio ambiente. Último membro do Gabinete a ser nomeado, Ricardo Salles, no entanto, ganhou méritos com o presidente ao entregar com eficiência incomparável uma das principais promessas da campanha de Bolsonaro: desmantelar as proteções ambientais que fizeram do Brasil um líder em desenvolvimento sustentável e da luta contra as mudanças.

Salles foi nomeado para o cargo com o apoio da bancada ruralista, com o qual tem vínculos e a qual frequentemente discordava do Ministério do Meio Ambiente. Duas semanas antes de se tornar ministro, foi julgado e condenado por fraude ambiental enquanto era Secretário Estadual do Meio Ambiente no Estado de São Paulo (os promotores dizem que ele mudou o plano de manejo de uma área protegida para beneficiar grandes empresas). Ele também está sendo investigado por enriquecimento ilícito. Salles nega qualquer irregularidade.

Sob o comando de Salles, o Brasil viu a extinção da governança das mudanças climáticas, o abandono dos planos de controle do desmatamento, o congelamento da iniciativa de REDD+ mais bem-sucedida do mundo, o Fundo Amazônia, e o encolhimento da participação da sociedade civil na política ambiental - que, aliás, está paralisada: em 2019, a verba total do orçamento para o Ministério do Meio Ambiente foi incrivelmente baixa – menos de R\$ 1,3 milhão de reais.

¹ <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Recomendaon42019aoM-MA.pdf>

INTRODUÇÃO

Sob a administração de Salles, os órgãos federais encarregados da aplicação da lei ambiental (Ibama) e do gerenciamento de áreas protegidas (ICMBio) foram ambos afundados e seus funcionários perseguidos sob falsas alegações. Isso levou o Ministério Público a pedir para o ministro “abster-se de fazer declarações públicas que, sem provas, possam pôr em discussão o trabalho dos agentes do Ibama e do ICMBio.

A consequência lógica da gestão do ministro foi o retorno da devastação descontrolada na Amazônia: os alertas de desmatamento dispararam 278% em julho e cerca de 223% em agosto², em comparação com o mesmo período do ano passado. A tendência anual aponta para um aumento de 50% em relação aos números de 2018, o que impulsionaria ainda mais as emissões brasileiras de dióxido de carbono —já em 2 bilhões de toneladas. Isso faria com que ficasse bem difícil para o 7º maior poluidor climático do mundo cumprir seus compromissos climáticos nacionais e internacionais.

Em vez de fazer algo a respeito, Salles e Bolsonaro optaram por atirar no mensageiro: o presidente demitiu o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Ministro do Meio Ambiente questionou os dados³, dizendo, sem apresentar nenhuma prova, que o sistema de alertas do Inpe era falho e insuficiente para orientar os fiscais ambientais na região. O Ministério Público desafiou Salles a fundamentar suas reivindicações.

O aumento do desmatamento foi seguido por um aumento de incêndios assim que a estação seca começou. Embora 2019 não tenha sido um ano anormalmente seco, o número de incêndios explodiu em agosto – o maior em uma década – e colocou a Amazônia no centro de uma crise global. Bolsonaro primeiro negou o problema, depois disse que as ONGs estavam por trás dos incêndios e finalmente lançou uma campanha massiva de propaganda para acalmar investidores e consumidores, dizendo que o governo está cuidando do problema. Mas esse governo é o problema.

² <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/aggregated/>

³ http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission

É quase certo que Ricardo Salles tenha recebido a tarefa de dar uma cara de sustentabilidade ao governo Bolsonaro durante sua turnê norte-americana/europeia. Ele tem muita experiência nisso. Comunicador talentoso, o ministro é capaz de incríveis truques retóricos. Ele muitas vezes controla sua exposição na mídia, por isso raramente é entrevistado por jornalistas que cobrem a pauta ambiental. Sob pressão, ele pode inventar dados sem nem ficar vermelho. Ele tem talento para enganar jornalistas, o público e outras partes interessadas.

Neste livreto, discutiremos algumas das falácias mais frequentes de Ricardo Salles sobre cinco temas: uso da terra, agricultura, mudanças climáticas, Amazônia e governança. A maioria das informações possui referências nas notas de rodapé.

INTRODUÇÃO

RESUMO PARA IMPRENSA

Ministro do Meio Ambiente do Brasil visita EUA e Europa

Datas & objetivos declarados da viagem

QUANDO EUA
19 – 24/SET

EUROPA
26/SET – 4/OUT

ONDE EUA e Europa

PARIS
26 – 29/SET

BERLIN
29/SET – 3/OUT

LONDRES
3– 4/OUT

QUEM Discussões formais entre governos, empresas, investidores e o setor financeiro, imprensa nacional, grupos de reflexão e associações empresariais. Entende-se que o Ministro Ricardo Salles se reunirá, em particular, com representantes do Instituto de Empresas Competitivas (Competitive Enterprise Institute, CEI), uma organização que se descreve como questionadora do “alarmismo do aquecimento global” e “se opõe às políticas de racionamento de energia, incluindo o Acordo do Clima de Paris, Protocolo de Kyoto (...)” e regulamentação das emissões de gases de efeito⁴.

⁴ <https://www.nytimes.com/2018/08/21/climate/epa-coal-pollution-deaths.html?module=inline>

POR QUE O Ministro Salles realizará uma série de reuniões em torno de capitais-chave para acalmar governos, investidores e empresas após o clamor global dos incêndios na Amazônia. Em particular, seu objetivo é evitar bloqueios ou preconceitos econômicos devido às políticas antiambientais de Bolsonaro.

QUANTO Salles disse⁵ que, se outros países quiserem contribuir para a preservação da Amazônia, devem enviar 50 bilhões de dólares ao Brasil todos os anos: “Nós calculamos aqui: se cada hectare na Amazônia recebesse 100 dólares por ano, estaríamos conversando sobre cerca de mais de 50 bilhões de dólares por ano, esse é o volume de recursos necessários para que possamos realmente dizer que a Amazônia está sendo ajudada pela comunidade internacional”.

⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49363387>

ORÇAMENTO E GOVERNANÇA AMAZÔNICOS DESMANTELADOS

O desmantelamento estrutural do Ministério do Meio Ambiente começou na primeira semana do governo, por meio do Decreto 9672⁶ de 2 de janeiro de 2019, que também desativou o departamento encarregado da prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

O Serviço Florestal Brasileiro foi transferido⁷ para o Ministério da Agricultura e agora é chefiado por um membro da bancada ruralista do Congresso Nacional, alinhado ao agronegócio.

Com o fim da Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas⁸, que pertencia ao Ministério do Meio Ambiente, todas as políticas adotadas por ele, como o Plano Nacional de Adaptação e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento para os Biomas Amazônia e Cerrado, foram interrompidos.

Em abril, Bolsonaro dissolveu o Comitê Interministerial sobre Mudanças Climáticas e seu Grupo Executivo⁹, em conjunto com a Comissão Nacional de REDD+, que atuava como garantidora de recursos provenientes do Fundo Verde para o Clima concedido ao Brasil no ano passado. Consequentemente, os fundos não foram investidos.

O governo cortou orçamento do principal órgão ambiental, o Ibama, em 24%¹⁰ e, recentemente, funcionários do órgão¹¹ declararam que suas ações foram prejudicadas por cortes no orçamento, redução de pessoal, interferência política e desregulamentação ambiental.

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9672.htm

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/itamara-ty-elimina-setor-de-mudanca-climatica-e-ambiente-fica-sob-soberania-nacional.shtml>

⁹ <https://www.oeco.org.br/reportagens/revogaco-extingue-orgaos-colegiados-do-ministerio-do-meio-ambiente/>

¹⁰ <https://www.nytimes.com/2019/07/28/world/americas/brazil-deforestation-amazon-bolsonaro.html>

¹¹ <https://www.nytimes.com/2019/07/28/world/americas/brazil-deforestation-amazon-bolsonaro.html>

O FOGO CONTINUA

Segundo o Ministro Salles¹², houve uma redução dos incêndios na Amazônia, com exceção¹³ do Estado do Mato Grosso, graças às operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO) chefiadas pelas Forças Armadas; no entanto, ele não ofereceu dados oficiais para embasar sua alegação.

Os dados oficiais do Inpe sobre incêndios fornecem uma imagem mais pessimista. O registro acumulado de focos de incêndio no bioma Amazônia até 19 de setembro (62.210) é 48% maior que o mesmo período do ano passado (42.029)¹⁴.

DESMANTELANDO A FORÇA DA LEI

O ministro também foi considerado culpado de manipular medidas ambientais para beneficiar empresas de mineração quando ele era Secretário de Estado do Meio Ambiente em São Paulo.

Em 2019, o Ibama emitiu um terço a menos de multas que no ano anterior. Em fevereiro, o ministro exonerou 21 dos 27 superintendentes estaduais em um único dia. O orçamento e a equipe da agência foram reduzidos – o Ibama teve uma redução de 24% de seu orçamento este ano – reduzindo a capacidade de fiscalização e fechando os olhos para atividades ilegais. Isso resultou em uma redução de 22% das operações de vigilância previstas para 2019.

¹² <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/09/salles-diz-que-tendencia-ja-e-de-controle-de-queimadas-na-amazonia.ghtml>

¹³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/09/salles-diz-que-tendencia-ja-e-de-controle-de-queimadas-na-amazonia.ghtml>

¹⁴ <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/situacao-atual/>

FALÁCIAS FREQUENTES

Algumas das alegações mais frequentes de Salles sobre cinco questões principais relacionadas a políticas sociais e ambientais brasileiras e os fatos por trás delas

Uso da Terra

ALEGAÇÃO | *“Brazil é um exemplo em conservação ambiental para o mundo”*

Ricardo Salles

FATO | Em números absolutos, o Brasil é o país que mais desmata florestas no mundo¹⁵: mais de 1,4 milhão de hectares foram desmatados na Amazônia e no Cerrado somente em 2018, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (663.400 hectares no Cerrado e 753.600 hectares na Amazônia)¹⁶.

De acordo com novos dados do Projeto MapBiomass, entre 1985 e 2018, o Brasil perdeu 89 milhões de hectares de vegetação nativa, enquanto a agricultura (lavouras e pastagens) expandiu 86 milhões de hectares. A área perdida corresponde a duas vezes e meia todo o território da Alemanha.

Quanto ao país ser um “exemplo de conservação”, o Índice de Desempenho Ambiental das Universidades de Columbia e Yale mostra que o Brasil ocupa o 96º lugar em conservação florestal e 69º na avaliação geral de 180 países, colocando o Brasil em algum lugar no meio da maioria dos países, longe do padrão ouro de proteção ambiental¹⁷.

ALEGAÇÃO | *“Entre os principais países agrícolas, o Brasil possui a maior extensão de áreas protegidas, que ocupam 25% de seu território, contra 17,5% na Austrália, 14% na China e 11,8% nos EUA. Além disso, as áreas protegidas nesses países incluem desertos e*

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

¹⁶ http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates

¹⁷ <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/07/05/meio-ambiente-salles-globonews/>

geleiras inabitáveis, enquanto o Brasil fornece terras agrícolas para conservação”

Ministério das Relações Exteriores

FATO | O Brasil é o país mais biodiverso do mundo, por isso é natural ter muitas áreas protegidas. No entanto, o percentual de terras protegidas no Brasil é de 30% de seu território, considerando áreas protegidas que permitem a propriedade privada e usos econômicos – algo não muito acima da média global de 25%. Além disso, as áreas protegidas do Brasil estão desigualmente distribuídas: 90% delas estão na Amazônia, uma região que representa menos de 10% da produção agrícola. Excluindo a Amazônia, menos de 5% do Brasil é protegido¹⁸.

Mesmo com muitas áreas protegidas, o Brasil possui a terceira maior área de produção agrícola do mundo: 245 milhões de hectares, perdendo apenas para a China e os Estados Unidos e derrotando a Índia, que produz mais alimentos que o Brasil. Isso equivale a 1,4 vezes a área agrícola de todos os países europeus combinados. Se somarmos a isso as áreas dos campos naturais dos biomas Pantanal e Pampa, que são utilizados para pastoreio, isso aumenta para 295 milhões de hectares.

O país também possui a maior área agrícola per capita: 1,17 ha, comparado a 1 ha nos EUA e 0,34 ha na China.

ALEGAÇÃO | *“O Brasil é o país que mais preserva florestas no mundo e não tem nada a aprender com aqueles que já desmataram tudo”*

Ricardo Salles

FATO | O Brasil é realmente um país com muitas florestas: elas cobrem 63% de seu território. Existem, no entanto, pelo menos 20 países no mundo que mantêm uma proporção maior de florestas em seu território do que o Brasil. Alguns exemplos, provenientes de dados do Banco Mundial¹⁹:

Países em desenvolvimento:

FALÁCIAS FREQUENTES

Uso da Terra

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

- » Congo (65%)
- » Guiana (84%)
- » Suriname (98%)

Países desenvolvidos:

- » Japão (68%)
- » Suécia (69%)
- » Finlândia (74%)

Além disso, a Europa investiu maciçamente em reflorestamento. Hoje, quase metade do território europeu é coberto por florestas – 97% provenientes de reflorestamento e restauração. Entre 2009 e 2015, a Europa ganhou o equivalente a um Portugal em florestas, enquanto o Brasil queimou cinco vezes essa área²⁰.

ALEGAÇÃO | *“Atualmente, cerca de 66% do território brasileiro é dedicado à proteção e preservação da vegetação nativa”*

Ministério das Relações Exteriores

FATO | Cerca de 66% do território brasileiro é coberto por vegetação nativa. Isso é muito, muito diferente de ser “dedicado à proteção e preservação”. Essa alegação leva em consideração áreas cultivadas por famílias, como terras e assentamentos quilombolas; áreas em que múltiplos usos (incluindo agricultura e mineração) são permitidos, como Áreas de Proteção Ambiental (APAs); terras atualmente arborizadas, mas que podem ser desmatadas legalmente em fazendas privadas e áreas vagas – terras públicas sem destinação formal, concentradas na Amazônia. Se a abordagem estiver correta, os dados do Projeto MapBiomas mostram que a proteção efetiva é muito menor: se calcularmos o que foi mantido preservado nos últimos 30 anos, será menor que 50%²¹.

ALEGAÇÃO | *“84% da Amazônia está preservada como era há 500 anos quando os portugueses chegaram”*

Ricardo Salles

FALÁCIAS FREQUENTES

Uso da Terra

²⁰ <https://globoplay.globo.com/v/7855381/>

²¹ <http://www.observatoriodoclima.eco.br/itamaraty-usa-dados-errados-para-defender-agro-brasileiro/>

FATO | Na verdade, o bioma Amazônia perdeu 19% de sua área original – portanto, 81% é preservado, e não 84%. A diferença entre a alegação que o ministro apresenta e os dados oficiais é igual a quase o território da Inglaterra.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o bioma Amazônia perdeu, até 2018, uma área de 788.352 km² dos seus 4,2 milhões de km².

O percentual dessa floresta remanescente que permanece "igual à quando os portugueses chegaram" é motivo de debate, uma vez que os dados de degradação são irregulares. Um estudo²² estimou que a quantidade de florestas atingidas na Amazônia, com diferentes níveis de degradação, pode ter alcançado 1.255.100 km² até 2013, um número que colocaria mais de 40% da floresta sob alguma pressão humana.

Além disso, o desmatamento da Amazônia pode estar se aproximando de um ponto crítico, no qual a floresta pode perder sua capacidade de se recuperar e se transformar em uma savana empobrecida. Os primeiros modelos mostraram que o ponto de inflexão era de cerca de 40% do desmatamento. Mas, de acordo com um estudo realizado em 2018, as sinergias negativas entre desmatamento, mudanças climáticas e uso generalizado de fogo indicam um ponto de inflexão para o sistema amazônico mudar para ecossistemas não florestais no leste, sul e centro da Amazônia em 20-25% desmatamento²³.

Agricultura

ALEGAÇÃO | *“Nenhuma instituição pública, categoria profissional ou autoridade pública faz mais para proteger os biomas brasileiros do que os produtores brasileiros”*

Evaristo de Miranda

FALÁCIAS FREQUENTES

Uso da Terra //

Agricultura

²² <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/futuro-climatico-da-amazonia.pdf>

²³ <https://advances.sciencemag.org/content/4/2/eaat2340>

FATO | Essa alegação é baseada em dados do controverso cientista Evaristo de Miranda, que liderou a equipe de transição de Bolsonaro no Ministério do Meio Ambiente. Baseia-se em informações autodeclaradas fornecidas por agricultores e pecuaristas registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Um estudo publicado em 2018 na revista *Environmental Conservation* observou que, no estado de Mato Grosso, 85% dos agricultores declararam ter mais florestas em suas propriedades do que o que foi realmente medido²⁴.

Os dados do Projeto MapBiomass, uma colaboração multi-institucional, também mostraram que desde 1985, 20% das florestas em terras privadas estavam desmatadas, enquanto nas áreas protegidas esse valor era de 0,5%²⁵.

ALEGAÇÃO | *“O Brasil é o único país do mundo com requisitos legais pelos quais os agricultores são responsáveis pela conservação de grande parte do território, sem receber nenhuma compensação ou isenção de impostos em troca”*

Ministério das Relações Exteriores

FATO | Um estudo de 2011 do Imazon e Proforest mostra que pelo menos outros 11 países têm requisitos legais rigorosos para que os agricultores mantenham florestas dentro de suas propriedades²⁶. Esse requisito é conhecido no Brasil como "reserva legal".

Outros países, como a África do Sul, exigem que a vegetação úmida e fluvial seja preservada às custas do proprietário para proteger as bacias hidrográficas. Embora seja verdade que não há lei federal que exija pagamento por serviços ambientais (PSA), o novo Código Florestal estabelece um esquema para o comércio de cotas florestais entre agricultores com déficits florestais e agricultores com excedentes florestais. A lei nunca foi aplicada por uma série de razões, incluindo a pressão da bancada ruralista para alterá-la ainda mais, a fim de eliminar completamente a reserva legal. Uma proposta de lei para acabar com a reserva legal foi apresentada pelo filho e senador de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro²⁷.

FALÁCIAS FREQUENTES

Agricultura

²⁴ <https://www.semanticscholar.org/paper/Do-Data-Support-Claims-That-Brazil-Leads-the-World-Vacciano-Santos/e160b27c77aaa6e92ba6a6f31c35a89a79267ba2>

²⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=rM4SktDid2Q>

²⁶ <https://imazon.org.br/um-resumo-do-status-das-florestas-em-paises-selecionados/>

²⁷ <https://time.com/5661162/why-the-amazon-is-on-fire/>

O primeiro esquema federal de PSA do Brasil foi desenvolvido pelo Fundo Verde para o Clima, pelo qual o país recebeu 96,5 milhões de dólares²⁸.

O contrato foi assinado em março, mas o dinheiro ainda não foi utilizado porque Salles nunca nomeou um comitê para gerenciá-lo no Ministério do Meio Ambiente e porque ele extinguiu o Comitê Nacional de REDD+²⁹, encarregado de supervisionar os recursos.

ALEGAÇÃO | *“Nos últimos 40 anos, a produção aumentou 700%, enquanto o uso da terra aumentou apenas 30%. Durante o mesmo período, a produção de grãos aumentou cinco vezes, enquanto a área ocupada pelas lavouras permaneceu praticamente estável. Portanto, a expansão da produção agrícola brasileira não ocorreu como resultado do desmatamento, mas por causa do aumento da produtividade”*

Ministério das Relações Exteriores

FATO | Essa alegação deve ser dividida em vários pontos. Primeiro, é verdade que a produtividade superou o desmatamento na produção brasileira de grãos (a palavra operativa é “grão”). De acordo com a Embrapa, serviço federal de pesquisa agrícola do Brasil, a produção de grãos saltou de 38 Mt em 1975 para 236 Mt, enquanto a área de cultivo “apenas” dobrou – de 37 milhões para 61 milhões de hectares (o que significa “praticamente estável”)³⁰.

Segundo: acontece que a produção de grãos não é a principal forma de uso da terra no Brasil, mas sim a pecuária. Dos 30% do território usado pela agricultura, dois terços são pastagens. A produção de carne bovina ocupa 173 milhões de hectares, ou cerca de 20% do território brasileiro, segundo o MapBiomas. A pecuária ainda é uma indústria altamente ineficiente: na Amazônia, 63% de toda a área desmatada está ocupada com pastagens³¹ que, na média, suportam uma cabeça de gado por hectare ou menos, segundo a Embrapa e o Inpe.

Terceiro: dizer que a expansão da produção “não ocorreu como resultado do desmatamento” é uma

FALÁCIAS FREQUENTES

Agricultura

²⁸ <http://redd.mma.gov.br/pt/noticias-principais/1031-brasil-da-um-grande-passo-na-implementacao-de-redd-e-recebera-us-96-milhoes-do-gcf>

²⁹ <https://www.oeco.org.br/reportagens/stf-barra-parcialmente-decreto-de-bolsonaro-que-extingue-conselhos-no-pais/>

³⁰ <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>

³¹ <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152807/1/TerraClass.pdf>

clara mentira. Segundo o MapBiomas, desde 1985 os biomas brasileiros perderam 89 milhões de hectares de cobertura nativa, enquanto a agricultura, incluindo a pecuária, ganhou 86 milhões de hectares³². A Amazônia encolheu 19%, enquanto o Cerrado, onde há a maior parte da agricultura, teve 55% de sua área transformada em terras agrícolas nos últimos 50 anos³³.

ALEGAÇÃO | *“O Brasil usa muito, muito menos agroquímicos por hectare do que vários países da Europa. Alguns países europeus que estão preocupados com a questão dos agroquímicos, pois eles usam uma quantidade muito maior de pesticidas por hectare do que no Brasil - e ninguém diz nada!”*

Ricardo Salles

FATO | Segundo um relatório de 2013 do IBGE³⁴ (com base nos dados coletados pelo Ibama), o Brasil utiliza cerca de 6,8 kg de pesticidas ativos por hectare. Esse número é superior ao de todos os países da União Europeia (UE), exceto Chipre e Malta³⁵ (que usam cerca de 9 kg/ha cada) no mesmo ano. Além disso, é importante lembrar que a UE proibiu cerca de 600 pesticidas nos últimos 25 anos por causa de estudos que revelaram seus possíveis danos. Dos quase 400 produtos químicos agrícolas permitidos atualmente na UE, 25% são orgânicos.

No dia 17 de setembro, foram autorizados mais 63 pesticidas, totalizando 353 novos pesticidas registrados apenas em 2019. É o número mais alto da última década³⁶.

Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris

ALEGAÇÃO | *“O governo Bolsonaro não nega a existência de mudanças climáticas ...”*

FATO | O governo Bolsonaro está cheio de negacionistas³⁷, como o Ministro das Relações

FALÁCIAS FREQUENTES Agricultura // Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris

³² <http://www.observatoriodoclima.eco.br/brasil-perdeu-25-alemanhas-em-florestas-em-34-anos/>

³³ <https://pdfs.semanticscholar.org/a5b1/4263d2a4912971fbfdbc-056892f54c14b44f.pdf>

³⁴ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/771#resultado>

³⁵ <http://news.agropages.com/News/NewsDetail -- 21442-e.htm>

³⁶ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/governo-bolsonaro-ataca-outra-vez-com-liberacao-de-mais-veneno/>

³⁷ <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-araujo/brazil-foreign-minister-says-there-is-no-climate-change-catastrophe-idUSKC-N1VW2S2>

Exteriores – Ernesto Araújo, os filhos de Bolsonaro – Eduardo e Carlos, e o ideólogo de Bolsonaro – Olavo de Carvalho. Quase todas as referências às mudanças climáticas desapareceram das comunicações diplomáticas do Brasil, e nenhum despacho foi trocado este ano entre Brasília e a Embaixada de Washington sobre o assunto. Pelo contrário, Araújo tomou a iniciativa sem precedentes de enviar um diplomata de alto escalão para um congresso do Instituto Heartland, que nega as mudanças climáticas³⁸. Em sua recente visita aos EUA, em 12 de setembro, Araújo questionou os dados de satélite da NASA sobre monitoramento de incêndios e mais uma vez colocou em dúvida o aquecimento global, dizendo que vários países estão usando o alarmismo das mudanças climáticas para alcançar objetivos políticos³⁹.

As próprias opiniões de Salles são um pouco mais sutis. O ministro nunca negou que a Terra esteja aquecendo, mas questionou repetidamente a influência humana no processo, disse que as mudanças climáticas eram “uma questão secundária”, uma questão de “debate acadêmico” e “debate para 500 anos a partir de agora”. Sob forte pressão, em agosto, na Semana do Clima da América Latina e do Caribe, Salles disse que as mudanças climáticas são “uma questão em evolução” no governo. Um sinal dessa “evolução” pode ser o fato de que Salles está programado para se encontrar com a instituição negadora Competitive Enterprise Institute e seu diretor Myron Ebell em Nova York na véspera da greve global pelo clima de 20 de setembro⁴⁰.

ALEGAÇÃO | “...Mais do que isso, o governo permaneceu no Acordo de Paris e manteve todas as suas políticas em vigor”

Ricardo Salles

FATO | Toda a administração das mudanças climáticas em nível federal foi desmantelada no governo brasileiro nos últimos nove meses. Na primeira semana do novo

FALÁCIAS FREQUENTES

Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris

38 <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/31/leia-o-telegrama-confidencial-do-itamaraty-sobre-mudancas-climaticas/>

39 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/nos-eua-araujo-diz-que-satelite-nao-diferencia-fogueira-de-acampamento-de-incendio.shtml>

40 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/ministro-do-meio-ambiente-vai-se-reunir-com-negacionistas-do-aquecimento-global-em-washington.shtml>

41 <http://www.observatoriodoclima.eco.br/extincao-da-area-de-clima-itamaraty-e-medida-ideologica-e-antipatriotica/>

novo governo, os departamentos de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável foram retirados da estrutura do Ministério das Relações Exteriores⁴¹. O secretariado nacional de Mudanças Climáticas e Florestas também foi extinto no Ministério do Meio Ambiente (Salles disse à imprensa que era mais uma promoção do que uma extinção, já que ele indicaria um assessor especial para o ministro sobre o clima⁴², o que nunca aconteceu). O Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx), os mais altos casos de governança federal das mudanças climáticas, também foram extintos, assim como o Comitê Nacional de REDD+.

O fim da Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas congelou todas as políticas que foram planejadas e implementadas pelo escritório. As principais são os planos de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado) - ambos são as peças centrais das Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) do Brasil, uma vez que o desmatamento representa 46% das emissões de gases de efeito estufa do país.

O Fundo Clima, com dez anos de idade, que financiou projetos de mitigação e adaptação, também está no limbo⁴³: nenhum plano para usar os recursos foi apresentado em 2019⁴⁴ e nem um único centavo dos contratos existentes foi gasto desde abril⁴⁵. Uma nova análise do orçamento do ministério mostra que ele não gastou nenhum real no combate às mudanças climáticas em 2019⁴⁶.

ALEGAÇÃO | *“A Europa não cumprirá o Acordo de Paris; eles já disseram que não cumpririam e o mundo inteiro não disse nada. E o Brasil, que está cumprindo seus compromissos, parece ser o grande vilão”*

Ricardo Salles

FALÁCIAS FREQUENTES Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris

42 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-vai-enxugar-area-de-mudancas-climaticas.shtml>

43 <https://q1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/03/governo-de-scumpre-prazo-e-trava-86percent-do-orcamento-para-enfrentar-a-mudanca-climatica.ghtml>

44 <https://www.mma.gov.br/clima/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-anual-de-aplicacao-de-recursos>

45 https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b00fa4db-77fb-457d-b771-4e424c7cd94e/Fluxo+Financeiro+FNMC_04+2019.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m19LJ4-

46 <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/gastos-com-acoes-de-gestao-ambiental-do-pais-despencam/>

47 http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0217_EN.html

48 <https://www.climatechange-news.com/2019/06/14/countries-net-zero-climate-goal/>

FATO | As metas do Acordo de Paris (conhecidas como CNDs) só começarão a ser implementadas no próximo ano. Vários países europeus sinalizaram que aumentarão o comprometimento com as CNDs até 2030, em consonância com uma resolução do Parlamento Europeu deste ano⁴⁷ que exige mais comprometimento já em 2020. Países como Reino Unido, Noruega, Suécia e França já possuem leis que estabelecem a meta de zerar suas emissões líquidas entre 2030 e 2050⁴⁸. Salles confunde o Acordo de Paris com as metas anteriores a 2020, que a Alemanha anunciou que não cumpriria.

Da mesma forma, o governo afirmou que o Brasil está cumprindo seus compromissos no Acordo de Paris, como a adoção de biocombustíveis, energia renovável e regeneração florestal.

Mesmo que eles pudessem ser responsabilizados pelo cumprimento das CNDs (eles não podem, pois, as metas precisam ser adicionais e são válidas apenas a partir de 2020), os compromissos setoriais não fazem parte das CNDs do Brasil, que é a redução de 37% nas emissões de 2025 em comparação a 2005 e não diz nada sobre regeneração florestal ou biocombustíveis. De fato, o Brasil até hoje ainda não apresentou um plano de implementação das CNDs e dificilmente alcançará seu compromisso de desmatamento em 3.925 km² no próximo ano.

ALEGAÇÃO | *“No período que antecede 2020, o Brasil alcançou suas metas de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAs, na sigla em inglês), reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do desmatamento na Amazônia e no Cerrado”*

Ministério das Relações Exteriores

FATO | Quando a meta foi anunciada, antes da Cúpula do Clima da Copenhague em 2009, o principal objetivo era reduzir as taxas de desmatamento em 80% na Amazônia. Quando o Brasil apresentou sua meta à ONU, a redução de 80% foi “traduzida” em toneladas líquidas de CO₂ (564 milhões). O governo alega

FALÁCIAS FREQUENTES Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris

que a meta foi alcançada por meio de um truque contábil: consignou o carbono supostamente “capturado” por florestas privadas em propriedades registradas no CAR - que, como vimos, são autodeclaradas, portanto inúteis para contabilidade sem verificação. O fato é que a atual taxa de desmatamento (7.500 km², que se aproxima de um grande aumento em 2019) é duas vezes maior do que a meta de 2020 exige. A meta para o Cerrado havia sido cortada desde o início pela então Ministra Dilma Rousseff. Como a meta foi calculada sem o monitoramento adequado do bioma, ela já havia sido alcançada antes do seu anúncio.

ALEGAÇÃO | *“O Brasil tem 400 milhões de toneladas de reduções de CO2 medidas sob o Protocolo de Kyoto. Somente 150 milhões de toneladas foram efetivamente monetizadas; portanto, a partir de 2005, existem 250 milhões de toneladas, ou 2,5 bilhões de dólares, que o Brasil já havia precificado, certificado, reconhecido e não pago”*

Ricardo Salles

FATO | Salles refere-se a potenciais créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que não teriam sido comprados, apesar de terem obtido reduções de emissões. No entanto, o Protocolo de Kyoto não impõe nenhuma obrigação de compra dessas reduções de emissões.

Para cumprir sua meta de redução, a União Europeia criou um sistema de comércio de emissões, o Esquema Europeu de Comércio de Emissões (EU-ETS, na sigla em inglês). Por cerca de oito anos, os créditos do MDL puderam ser negociados nesse sistema. As transações eram feitas exclusivamente entre entidades privadas: os proprietários do projeto, os compradores finais de crédito e todo um complexo sistema de intermediação.

Os contratos de venda de créditos de carbono continham uma longa lista de cláusulas que justificavam sua rescisão. Em 2012, refletindo

FALÁCIAS FREQUENTES Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris

a recessão de 2008-2009, o EU-ETS decidiu não aceitar mais créditos de MDL da China, Índia e Brasil. Esse foi um dos principais motivos da quebra de contratos de compra. Nesse sentido, nenhuma empresa que compra créditos possui dívidas com empresas brasileiras.

AMAZÔNIA

ALEGAÇÃO | *“Os incêndios deste ano não estão fora da média dos últimos 20 anos”*

FATO | Usando a taxa histórica dos últimos 20 anos, o governo inclui na contabilidade, anos em que houve picos de surtos de incêndio, como 2004, 2007 e 2010. É importante ressaltar que, entre 2005 e 2012, com a implementação de políticas efetivas para combater o desmatamento, houve uma redução de 80% na taxa de desmatamento na Amazônia. Embora essa tendência de queda tenha desacelerado e o desmatamento tenha crescido novamente nos últimos anos, o que estamos vendo este ano é uma explosão no desmatamento e queima impulsionada por políticas antiambientais. De janeiro a agosto, o número de focos de incêndio na Amazônia cresceu 111%, em comparação com o mesmo período do ano passado. É o índice mais alto dos últimos nove anos.

ALEGAÇÃO | *“A ação do presidente que envia o Exército à Amazônia para combater os incêndios é inédita”*

FATO | Na verdade, um envio maciço de tropas foi realizado em 2005 pelo então presidente Lula, após o assassinato da freira americana Dorothy Stang. A operação Pacajá, como foi chamada, enviou 2.000 homens do exército para a Amazônia para combater a violência relacionada à terra e o crime ambiental⁴⁹. Como resultado, o desmatamento caiu em 2005 em comparação com 2004.

Portanto, a situação atual não é inédita e também não é uma solução para lidar com o desmatamento. Na

FALÁCIAS FREQUENTES

Amazônia

⁴⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2502200522.htm>

verdade, o que estamos vendo o governo fazer é prometer abrir terras indígenas e unidades de conservação para fazendeiros e atividades de mineração, além de comprometer as agências de fiscalização.

ALEGAÇÃO | *“Este ano foi mais quente e seco do que os anos anteriores, por isso partimos de outra base para os incêndios”*

Ricardo Salles

FATO | O contrário é que é verdade. Conforme mostra um memorando técnico publicado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), este ano, o número de dias consecutivos sem chuva foi menor que no ano passado. Os fatores decisivos foram as queimadas e o desmatamento⁵⁰, que cresceram 50% em 2019, segundo dados do Inpe. A trajetória de crescimento das queimadas também é consistente com a observada nos incêndios iniciados em áreas recentemente desmatadas. Um segundo memorando do IPAM demonstrou que a maior parte dos surtos de incêndio (33%) ocorre em propriedades particulares, sugerindo que os agricultores estão queimando ativamente para aumentar sua área produtiva⁵¹.

Não existe um “incêndio natural” em uma floresta tropical. Como o próprio nome sugere, este é um ecossistema úmido, onde os incêndios ocorrem apenas a cada 500 a 1.000 anos. A floresta amazônica não coevoluiu com o fogo, como é o caso da savana central do Brasil, o Cerrado.

Existem quatro tipos de incêndio na Amazônia: em áreas desmatadas, onde a ignição ocorre por acidente ou como resultado da queima intencional de um pasto ou área cultivada; e em áreas de floresta, onde o fogo ocorre em condições excepcionais, como resultado de fortes El Niños ou mudanças climáticas, ou quando uma floresta derrubada é queimada para dar lugar à agricultura. Este último parece ser o caso este ano.

FALÁCIAS FREQUENTES Amazônia

⁵⁰ <https://ipam.org.br/bibliotecas/nota-tecnica-amazonia-em-chamas/>

⁵¹ <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-onde-esta-o-fogo/>

⁵² <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/26/brazil-amazon-fire-day-warning>

O aumento dos incêndios neste ano é, na verdade, o resultado de um movimento orquestrado, motivado em grande parte pelos discursos de Bolsonaro e pelo desmantelamento de políticas e agências ambientais. A existência neste ano do chamado “Dia do Fogo”, em que agricultores e grileiros no Pará planejaram um dia coordenado de incêndios em 10 de agosto, é uma prova clara disto⁵². Embora a mídia tenha relatado os planos, o governo federal não tomou nenhuma medida preventiva e as investigações estão acontecendo em um processo demorado.

ALEGAÇÃO | *“Nossa proposta para o Fundo Amazônia foi aceita pelos Ministros das Finanças da Noruega e Alemanha. Mas os Ministros do Meio Ambiente se opuseram, portanto o impasse”*

Ricardo Salles

FATO | Não, até agora, os Ministérios das Finanças dos países doadores não concordaram com a proposta de Salles de remover a sociedade civil do Fundo Amazônia e controlar seus órgãos de governo. Além disso, o governo não garante que o fundo será mantido para ser usado para proteger a floresta.

ALEGAÇÃO | *“Quando você diz que a sociedade estava lá... o que você quer dizer é que as ONGs estavam lá. As ONGs que fazem parte do Comitê de Orientação do Fundo Amazônia (COFA) se beneficiam de metade dos recursos do Fundo Amazônia, portanto, um conflito de interesses.”*

FATO | O COFA, que foi encerrado em 28 de junho, não aprovou projetos, mas estabeleceu diretrizes para eles (daí a “orientação” no nome). As aprovações passaram pelo BNDES, o Banco Brasileiro de Desenvolvimento, o que significa que foram aprovadas pelo governo federal. Se a presença de ONGs nesse comitê gerasse um conflito de interesses, o mesmo se aplicaria aos governos estaduais, que tinham nove vezes mais representantes no COFA do que as ONGs.

FALÁCIAS FREQUENTES

Amazônia

É simplesmente falso afirmar que as ONGs tiveram um peso considerável no comitê. Dos seus 24 membros, oito eram do governo federal e nove de governos estaduais. A sociedade civil tinha seis representantes: um indígena, um da comunidade científica, dois da indústria, um de agricultores familiares e apenas um de organizações ambientais. Finalmente, 60% dos recursos do Fundo Amazônia destinam-se a projetos públicos em níveis federal, estadual e local, principalmente para fazer cumprir o Código Florestal e fortalecer a fiscalização na Amazônia. Apenas 38% dos projetos de apoio foram realizados pela sociedade civil.

ALEGAÇÃO | *“Queremos que os recursos que eles dizem que doam para o Brasil sejam efetivamente doados para o Brasil e não sob controle externo dessa maneira (...) Se você faz com que os fundos não possam ser realocados, então não é uma doação, você estará oferecendo uma concessão com determinadas condições”*

FATO | O ministro está usando sofismas para distorcer o significado da palavra “doação”. Quando alguém doa dinheiro para uma instituição, sempre existe a expectativa de que a instituição faça algo em troca ou trabalhe com uma proposta comum. O Fundo Amazônia, da mesma forma, não é um cheque em branco; é uma doação condicionada ao objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa do desmatamento. Os doadores considerarão que qualquer saída desse objetivo é uma violação do objetivo do Fundo, como o Ministro do Meio Ambiente da Noruega, Ola Elvestuen, deixou claro⁵³. É diferente do que Bolsonaro já sugeriu, dizendo que uma das condições impostas pelo Fundo foi a criação de Terras Indígenas, o que não é verdade.

ALEGAÇÃO | *“Proteger a Amazônia para o mundo inteiro tem um custo, que estimamos em 50 bilhões de dólares por ano. As taxas de desmatamento caíram 72% em relação aos níveis de 2004 e os países ricos nunca pagaram o Brasil por isso”*

FATO | Pagaram sim! O Fundo Amazônia, que está congelado agora porque Salles se recusou a trabalhar em conjunto com as ONGs, tem um total de R\$ 3,4

FALÁCIAS FREQUENTES Amazônia

⁵³ <http://www.observatoriodoclima.eco.br/enfraquecimento-fundo-amazonia-nao-e-uma-opcao-diz-ministro-noruegues/>

⁵⁴ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/informe-de-carteira/2019_06_Informe-da-Carteira-Fundo-Amazonia.pdf

bilhões de reais para pagar ao Brasil pelos resultados alcançados na redução do desmatamento. Hoje, existem 479 milhões de reais “em análise”⁵⁴ que poderiam ser liberados se o governo permitisse. Foi o maior programa de REDD+ do mundo. O Brasil também recebeu uma doação de 96,4 milhões de dólares do Fundo Verde para o Clima, que até agora não foi utilizada devido à falta de pessoas para gerenciar os recursos no governo.

ALEGAÇÃO | *“A população indígena do Brasil possui 13% do território nacional e é 1% (sic) da população. Não há preconceito, são 1 para 13. Pelo contrário, a maior quantidade de terra per capita que qualquer grupo pode reivindicar em nosso território nacional é a terra indígena”*

FATO | As terras indígenas são um direito constitucional dessas populações de manter sua cultura e garantir sua existência. Elas são mais necessárias do que nunca, pois há uma guerra contra os povos indígenas no Brasil. Dados do Conselho de Missões Indígenas (CIMI) mostram que somente em 2017, o último ano em que há informações sistemáticas, houve 110 assassinatos de pessoas indígenas, 128 suicídios (a maioria relacionados à terra), 792 casos de morte infantil e 96 casos de invasão e peculato, um aumento de 62% em relação ao ano anterior⁵⁵. Dados preliminares do CIMI indicam que houve 14 invasões de terras indígenas em 2019 até agora.

Os povos indígenas não possuem território; terras indígenas pertencem ao Estado, com uso exclusivo concedido aos indígenas. Quem é o “dono” de 13% do território nacional é, na verdade, o governo.

A afirmação de que os povos indígenas teriam “a maior quantidade de terra per capita” também não se sustenta. Os 900 mil indígenas do Brasil ocupam 117 milhões de hectares (de fato, 14% do país, não 13%). Mas os latifúndios (o maior tipo de propriedade rural), que representam apenas 6% das propriedades rurais do país, detêm 182 milhões de hectares, ou 21% do

FALÁCIAS FREQUENTES Amazônia

⁵⁵ <https://cimi.org.br/2018/09/relatorio-cimi-violencia-contra-os-povos-indigenas-no-brasil-tem-aumento-sistematico-e-continuo/>

território nacional, segundo o Atlas da Pecuária e Agricultura do Brasil, IMAFLORA e ESALQ-USP.

ALEGAÇÃO | *“A Amazônia tem 20 milhões de pessoas cujo bem-estar nunca deve ser sacrificado em prol da conservação. Os ambientalistas não veem as necessidades das pessoas empobrecidas e famintas. A floresta precisa de soluções capitalistas: regularização fundiária, zoneamento ecológico-econômico do território, investimento privado e desenvolvimento de uma bioeconomia. Somente comando e controle não conseguirão controlar o desmatamento.”*

FATO | A maioria da população amazônica vive em áreas já desmatadas. Uma pequena parte dessa população são as populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Dito isto, durante o período em que o desmatamento diminuiu, o Brasil e a região amazônica tiveram o maior crescimento do PIB e a redução mais significativa nos níveis de pobreza. As coisas não eram diferentes na pecuária e na agricultura: o valor do setor agrícola brasileiro cresceu 75%. A produção de carne e soja na Amazônia cresceu⁵⁶ bem como no período em que o desmatamento florestal caiu 80% entre 2004 e 2012⁵⁷. O desmatamento na verdade aumenta a pobreza, porque é ilegal, muitas vezes recorre ao trabalho escravo e é vítima do efeito de "rebentação", ou seja, eleva os padrões econômicos a princípio e depois, à medida que o recurso natural se esgota, a depressão econômica se instala⁵⁸.

Certamente, esses fatos não foram ignorados pelo governo brasileiro. É por isso que o plano de prevenção e controle do desmatamento (PPCDAm) tinha um componente de regularização fundiária e outro componente do uso sustentável da floresta⁵⁹ — precisamente para desenvolver as "soluções capitalistas" das quais Salles fala. O PPCDAm atualmente está em alguma gaveta do ministério.

É verdade que o comando e o controle não resolverão

FALÁCIAS FREQUENTES

Amazônia // Governança

⁵⁶ <http://www.observatoriodoclima.eco.br/seis-graficos-mostram-porque-floresta-no-chao-e-sinonimo-de-retrocesso/>

⁵⁷ <http://www.observatoriodoclima.eco.br/seis-graficos-mostram-porque-floresta-no-chao-e-sinonimo-de-retrocesso/>

⁵⁸ https://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/estado_da_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf

⁵⁹ <https://www.mma.gov.br/informma/item/616-pre-ven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>

sozinhos todo o problema. Porém, sem eles, o desmatamento aumenta e a situação se deteriora. E é isso que está acontecendo agora.

Governança

ALEGAÇÃO | *“Não houve desmantelamento de nenhuma estrutura deste ministério – nenhuma. Recebemos uma situação bastante desmantelada. Sem equipe, sem orçamento, prédios abandonados, frotas esgotadas, 50% das vagas não preenchidas”*

FATO | Em maio, oito dos nove ex-Ministros do Meio Ambiente do Brasil denunciaram que o governo de Bolsonaro estava promovendo o “desmantelamento” da governança ambiental federal em vigor desde 1992. Salles⁶⁰ nega a acusação, dizendo, por exemplo, que nenhuma legislação foi alterada—o que é verdade. Mas existem muitas provas de que uma paralisação do sistema, cumprindo as promessas da campanha de Bolsonaro, está realmente em vigor:

» Decreto 9.672, publicado em 2 de janeiro, extinguiu a secretaria do ministério responsável pelas políticas de mudanças climáticas e controle de desmatamento. O decreto também transfere a Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura.

» Em março, uma regra de mordça foi imposta ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Nenhuma das agências tem permissão para se comunicar diretamente com a imprensa.

» Em abril, um decreto presidencial extinguiu duas dúzias de conselhos e comitês nos quais a sociedade civil poderia participar da formulação de políticas, como o Comitê do Fundo Amazônia, o Comitê Nacional de REDD+ e o Comitê do Fundo das

FALÁCIAS FREQUENTES

Governança

⁶⁰ http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2019/05/comunicado-ex-ministros-final-revisado_en.pdf

⁶¹ <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-faz-sort-eio-com-bolinhas-globos-para-escolher-novos-membros-do-conama-23813780>

Mudanças Climáticas. O Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx) também foram extintos.

» Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, o órgão consultivo mais importante do Brasil para a política ambiental, que fixa padrões de poluição do ar e licenciamento ambiental, foi reduzido de 100 para 23 membros. O número de representantes do governo federal aumentou de 29% para 40% os seus membros. Os membros das ONGs foram escolhidos em um bingo⁶¹. Estamos falando sério!

» O Fundo Amazônia, que havia sido executado por dez anos, foi suspenso pelo ministro em um movimento para cortar o financiamento para as ONGs e dar dinheiro para proprietários de terras⁶² e, eventualmente, grileiros⁶³. Salles disse que as ONGs estavam envolvidas em irregularidades - uma alegação nunca apoiada por qualquer prova.

» Salles demitiu 21 dos 27 chefes regionais do Ibama e não contratou novos funcionários. Nos estados da Amazônia, até o momento, apenas um escritório regional (de nove) tem seu chefe nomeado, o que resultou em paralisia das operações.

» O Ibama estava de castigo. O número de multas aplicadas por crimes de desmatamento caiu 29%⁶⁴, o menor número em dez anos. O número de operações na Amazônia caiu 22%⁶⁵ este ano. A força especial do Ibama não foi mobilizada para combater o crime na Amazônia até o final de agosto, quando os incêndios na floresta já estavam fora de controle.

» O desempenho orçamentário do ministério mostra que a elaboração de políticas ambientais está paralisada no Brasil. Em 2019, todo o ministério teve uma verba orçamentária de apenas R\$ 1,2 milhão⁶⁶ – uma queda de 96% em relação aos números de 2018. Nenhum dinheiro foi dado às mudanças climáticas ou áreas protegidas, apenas R\$ 19.000 foram para o controle do desmatamento e até mesmo a principal prioridade de Salles, a agenda ambiental urbana, viu

FALÁCIAS FREQUENTES Governança

62 <http://climainfo.org.br/2019/05/27/salles-quer-usar-fundo-amazonia-para-indenizar-desapropriacoes/>

63 <http://www.observatoriodoclima.eco.br/improbo-ricardo-salles-quer-tirar-fundo-amazonia-para-dar-grileiros/>

64 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/24/queimadas-disparam-mas-multas-do-ibama-despencam-sob-bolsonaro.ghtml>

65 <https://www.poder360.com.br/brasil/ibama-nao-realizou-22-das-acoes-de-fiscalizacao-planejadas-para-2019/>

66 <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/gastos-com-acoes-de-gestao-ambiental-do-pais-despencam/>

67 https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/principais-orgaos-ambientais-ibama-e-icmbio-podem-ficar-sem-verba-antes-do-fim-do-ano/?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link

apenas uma fração do orçamento autorizado ser gasto em programas como gestão de resíduos e poluição marinha. Para ajudar os municípios a desenvolver estratégias de controle ambiental, a apropriação do orçamento foi de menos de cem dólares.

» Ibama e o ICMBio também foram submetidos a severos cortes no orçamento. As inspeções do Ibama tiveram um corte de 15% no orçamento este ano. O orçamento para combater incêndios florestais foi reduzido em 29%. O ICMBio perdeu 29% de seu dinheiro para gerenciar áreas protegidas e 21% de seu orçamento para inspeções. Ambas as agências ficarão sem dinheiro antes do final do ano⁶⁷.

FALÁCIAS FREQUENTES Governança

